



REQUERIMENTO Nº 1690/2022

EMENTA: MOÇÃO DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES PARA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 8 DE MARÇO

SENHOR PRESIDENTE,

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

O Coletivo Popular Judeti Zilli, a fim de apresentar a história do dia 8 de março e a luta feminista, reproduz trechos do ensaio da socióloga e professora da USP a senhora Eva Alterman Blay publicado na Revista Estudos Feministas sobre a história da data do dia 8 de março

"Clara Zetkin propôs o Dia Internacional da Mulher

Clara Zetkin (1857-1933), alemã, membro do Partido Comunista Alemão, deputada em 1920, militava junto ao movimento operário e se dedicava à conscientização feminina. Fundou e dirigiu a revista Igualdade, que durou 16 anos (1891-1907). Líderes do movimento comunista como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai ou anarquistas como Emma Goldman lutavam pelos direitos das mulheres trabalhadoras, mas o direito ao voto as dividia: Emma Goldman afirmava que o direito ao voto não alteraria a condição feminina se a mulher não modificasse sua própria consciência.

Ao participar do II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhagem, em 1910, Clara Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher sem definir uma data precisa. Contudo, vê-se erroneamente afirmado no Brasil e em alguns países da América Latina que Clara teria proposto o 8 de Março para lembrar operárias mortas num incêndio em Nova Iorque em 1857.

O 8 de Março no Brasil

No Brasil vê-se repetir a cada ano a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na Triangle, quando na verdade Clara Zetkin o tenha proposto em 1910, um ano antes do incêndio. É muito provável que o sacrifício das trabalhadoras da Triangle tenha se incorporado ao imaginário coletivo da luta das





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

mulheres. Mas o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e européias há algum tempo e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin.

Nas primeiras décadas do século XX, o grande tema político foi a reivindicação do direito ao voto feminino. Berta Lutz, a grande líder sufragista brasileira, aglutinou um grupo de mulheres da burguesia para divulgar a demanda. Ousadas, espalharam de avião panfletos sobre o Rio de Janeiro, pedindo o voto feminino, no início dos anos 20. Pressionaram deputados federais e senadores e se dirigiram ao presidente Getúlio Vargas. Afinal, o direito ao voto feminino foi concedido em 1933 por ele e garantido na Constituição de 1934. Mas só veio a ser posto em prática com a queda da ditadura getulista, e as mulheres brasileiras votaram pela primeira vez em 1945.

Em 1901, as operárias, que juntamente com as crianças constituíam 72,74% da mão-de-obra do setor têxtil, denunciavam que ganhavam muito menos do que os homens e faziam a mesma tarefa, trabalhavam de 12 a 14 horas na fábrica e muitas ainda trabalhavam como costureiras, em casa. Como mostra Rago, a jornada era de umas 18 horas e as operárias eram consideradas incapazes física e intelectualmente. Por medo de serem despedidas, submetiam-se também à exploração sexual. Os jornais operários, especialmente os anarquistas, reproduziam suas reclamações contra a falta de higiene nas fábricas, o assédio sexual, as péssimas condições de trabalho, a falta de pagamento de horas extras, um sem número de abusos. Para os militantes operários, a fábrica era um local onde as mulheres facilmente se prostituíam, daí reivindicarem a volta das mulheres para casa. Patrões, chefes e empregados partilhavam dos mesmos valores: olhavam as trabalhadoras como prostitutas.

Entre as militantes das classes mais altas, a desqualificação do operariado feminino não era muito diferente: partilhavam a imagem generalizada de que operárias eram mulheres ignorantes e incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural. A distância entre as duas camadas sociais impedia que as militantes burguesas conhecessem a produção cultural de anarquistas como Isabel Cerruti e Matilde Magrassi, ou o desempenho de Maria Valverde em teatros populares como o de Arthur Azevedo.

Como as anarquistas americanas e européias, as brasileiras (imigrantes ou não) defendiam a luta de classes mas também o divórcio e o amor livre, como escrevia A Voz do Trabalhador de 1º de fevereiro de 1915: “Num mundo em que





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

mulheres e homens desfrutassem de condições de igualdade... Vivem juntos porque se querem, se estimam no mais puro, belo e desinteressado sentimento de amor”.

A distinção entre anarquistas e comunistas foi fatal para uma eventual aliança: enquanto as comunistas lutavam pela implantação da “ditadura do proletariado”, as anarquistas acreditavam que o sistema partidário reproduziria as relações de poder, social e sexualmente hierarquizadas.

No PC a diferenciação de gênero continuava marcante: as mulheres se encarregavam das tarefas ‘femininas’ na vida quotidiana do Partido. Extremamente ativas, desenvolveram ações externas de organização sem ocupar qualquer cargo importante na hierarquia partidária. Atuavam, por exemplo, junto a crianças das favelas ou dos cortiços, organizavam colônias de férias, supondo que poderiam ensinar às crianças novos valores. Zuleika Alembert, a primeira mulher a fazer parte da alta hierarquia do PC, eleita deputada estadual por São Paulo em 1945, foi expulsa do Partido quando fez críticas feministas denunciando a sujeição da mulher em seu próprio partido.

O feminismo dos anos 60 e 70 veio abalar a hierarquia de gênero dentro da esquerda. A luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do ‘movimento de mulheres’. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de Março. A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos. A consagração do direito de manifestação pública veio com o apoio internacional – a ONU instituiu, em 1975, o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. Entrou-se numa nova etapa do feminismo. Mas velhos preconceitos permaneceram nas entrelinhas.”

O processo político descrito pela socióloga Eva Blay traz a emancipação feminina através da luta das mulheres e a luta de classes em um mesmo conjunto de análises, apontando o árduo processo de luta. Contudo, não podemos deixar de contextualizar a interseccionalidade entre o feminismo e a luta de classes nos tempos atuais e em Ribeirão Preto - SP.

Segundo reportagem do site Farolete, publicada no dia 8 de março de 2020, explicita a enorme desigualdade salarial entre os trabalhadores homens e as trabalhadoras mulheres no município de Ribeirão Preto. A reportagem analisou dados relativos a 208.060 trabalhadores que tinham vínculo empregatício formal em dezembro de 2018 com a iniciativa





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

privada (incluindo o terceiro setor) em Ribeirão Preto. Não foram considerados os funcionários públicos. Considerando a média salarial de todos os trabalhadores (de um zelador a um diretor de empresa), os homens ganham 25% a mais do que as mulheres: salário médio de R\$ 2.560 contra R\$ 2.053.

A reportagem comparou o salário médio de homens e mulheres dentro das mesmas categorias profissionais, apontando que em:

- 71 categorias os homens tiveram salário médio ao menos 10% superior às mulheres
- 49 categorias os contracheques são parecidos (diferença inferior a 10%)
- 5 categorias, apenas, as mulheres tiveram salário superior a 10% aos homens

Segundo a reportagem, a maior disparidade, em valores absolutos, está na ocupação de gerente de marketing. Um homem ganhou em média R\$ 9,8 mil em 2018 no município, enquanto uma mulher recebeu R\$ 6 mil.

Apenas nas profissões de professor do ensino fundamental (da 1ª a 4ª série), instrutor de cursos livres, docente universitário na área da prática de ensino, médico clínico e atendente comercial em agência postal as mulheres tiveram salário médio ao menos 10% superior aos homens.

Ainda segundo a reportagem, as empresas que pagam os melhores salários, dentro daquela categoria profissional, têm mais homens em seus quadros de funcionários. Os homens também podem ter maior chance de ascensão dentro de uma profissão, agregando assim salários maior. Além de ganharem mais na mesma categoria profissional, eles também estão mais presentes em atividades com melhor remuneração.

Portanto, apesar das enormes conquistas das lutas das mulheres, temos uma luta imensa no horizonte, no qual o 8M simboliza tanto a luta das mulheres do passado como a luta vindoura.

Fonte bibliográfica:

8 DE MARÇO: CONQUISTAS E CONTROVÉRSIAS; Eva Alterman Blay, Revista Estudos Feministas nº 601 02/2001. Disponível no *Scielo*.





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

FAROLETE: *Conheça a desigualdade salarial entre homens e mulheres em Ribeirão Preto* 8 de março de 2020 <https://farolete.info/conheca-a-desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-em-ribeirao-preto/>

Sala das Sessões, 08 de março de 2022.

COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI
Vereadora - PT



